

Ciências da Comunicação 3

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)

Ciências da Comunicação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências da comunicação 3 [recurso eletrônico] / Organizadora
Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Ciências da Comunicação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-206-7

DOI 10.22533/at.ed.067192503

1. Comunicação – Aspectos políticos. 2. Comunicação de massa.
3. Internet. 4. Jornalismo. I. Hrenechen, Vanessa Cristina de Abreu
Torres. II. Série.

CDD 302.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O terceiro volume da obra “Ciências da Comunicação” é composto por 25 artigos que retratam as transformações proporcionadas pela internet e as formas como se estabelecem a comunicação e os relacionamentos no mundo social.

Os autores abordam a interação simbólica na era digital, o uso das plataformas online pelas empresas, o jornalismo impresso frente à internet e os novos fluxos informativos. Os artigos refletem sobre a sociabilidade nas redes sociais, a formação de identidade e a sensação de pertencimento dos usuários. As pesquisas também revelam as mudanças na forma de armazenamento de informações e arquivamento fotográfico, o alcance das mensagens no ambiente online e o uso das novas plataformas digitais pelas organizações.

No segundo núcleo temático, os artigos são voltados à educação, com discussões relevantes sobre as práticas apoiadas em tecnologias digitais de comunicação e informação (TDIC) e a necessária qualificação dos docentes. Os pesquisadores também trazem discussões sobre a utilização das mídias digitais no processo de ensino-aprendizagem e apresentam relatos de experiências educolaborativas.

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CRÍTICAS À EPISTEMOLOGIA MODERNA PELO VIÉS DA TEORIA CRÍTICA E DA TEORIA ATOR-REDE	
Tarcísio de Sá Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0671925031	
CAPÍTULO 2	13
ÉTICA E COMUNICAÇÃO DO INDIVÍDUO NA PÓS-MODERNIDADE	
Gabriela Queiroz Melo	
Sandra Maria Rocha de Carvalho	
Diego Frank Marques Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.0671925032	
CAPÍTULO 3	23
GISELA SWETLANA ORTRIWANO E AS CARACTERÍSTICAS DO RÁDIO: REFLEXÕES EM TEMPO DE INTERNET	
Lourival da Cruz Galvão Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.0671925033	
CAPÍTULO 4	35
A INTERAÇÃO SIMBÓLICA NA ERA DIGITAL: ENTENDENDO REDES SOCIAIS COM PEIRCE E BLUMER	
Jorge Antonio de Moraes Abrão	
Anderson Vinicius Romanini	
DOI 10.22533/at.ed.0671925034	
CAPÍTULO 5	47
TECNOLOGIA SOCIÁVEL EM RELAÇÕES PÚBLICAS: CASO MAGAZINE LUIZA	
Taisa Sanitá Selis	
DOI 10.22533/at.ed.0671925035	
CAPÍTULO 6	57
O JORNALISMO IMPRESSO FRENTE À INTERNET: IMPLICAÇÕES NA DECODIFICAÇÃO DE UM NOVO GÊNERO	
Mirian Martins da Motta Magalhães	
Fabiana Crispino dos Santos	
Elaine Vidal Oliveira	
Marcio Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.0671925036	
CAPÍTULO 7	70
JORNALISMO E DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS	
Caroline Pignaton	
Ruth Reis	
DOI 10.22533/at.ed.0671925037	
CAPÍTULO 8	81
O JORNALISMO DIANTE DOS NOVOS FLUXOS INFORMATIVOS: PRINCÍPIO EDITORIAS DO GRUPO GLOBO E A GRAMÁTICA DE PRODUÇÃO NOTICIOSA	
Milton Julio Faccin	
DOI 10.22533/at.ed.0671925038	

CAPÍTULO 9	93
OS TELEJORNALISTAS E O APLICATIVO WHATSAPP NA ROTINA PRODUTIVA DAS REDAÇÕES	
Mozarth Dias de Almeida Miranda	
Sérgio Arruda de Moura	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Victor Tomazinho Bartolazzi	
DOI 10.22533/at.ed.0671925039	
CAPÍTULO 10	107
VEM VER O SEMIÁRIDO: A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR DE PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS NO CURSO DE JORNALISMO	
Mayara Sousa Ferreira	
Ruthy Manuella de Brito Costa	
Lana Krisna de Carvalho Morais	
DOI 10.22533/at.ed.06719250310	
CAPÍTULO 11	121
REDES SOCIAIS DA INTERNET: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E SOCIABILIDADE	
Catarina Carneiro de Andrade Lima	
Silas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.06719250311	
CAPÍTULO 12	134
MEMÓRIA MÓVEL: ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS NA ERA DIGITAL	
Kety Luzia de Amorim Marinho	
Aline Maria Grego Lins	
DOI 10.22533/at.ed.06719250312	
CAPÍTULO 13	145
DIVERSIDADE DE CORPOS: O CORPO GORDO ATRAVÉS DAS ARTES, REDES SOCIAIS E O MOVIMENTO PLUS SIZE	
Patricia Assuf Nechar	
DOI 10.22533/at.ed.06719250313	
CAPÍTULO 14	158
TRABALHO GRATUITO NAS REDES: OS USUÁRIOS A SERVIÇO DO CAPITAL	
Guilherme Bernardi	
Manoel Dourado Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.06719250314	
CAPÍTULO 15	168
ALCANCE DE POSTS NO TWITTER: EVIDENCIANDO A DIFERENÇA ENTRE AUDIÊNCIA POTENCIAL E IMPRESSÕES DE MENSAGENS A PARTIR DE UM EXPERIMENTO	
Caio Cesar Giannini Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.06719250315	
CAPÍTULO 16	182
O USO DO INSTAGRAM STORIES PELAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS PERFIS DAS CASAS NOTURNAS MARGOT E SINNERS	
Amanda Paloschi Bueno	
Vanessa Hauser	
DOI 10.22533/at.ed.06719250316	

CAPÍTULO 17	196
MÍDIAS SOCIAIS E CIBERDEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DO FACEBOOK DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	
Emanuelle Tronco Bueno Renata Patrícia Corrêa Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.06719250317	
CAPÍTULO 18	208
MÍDIAS SOCIAIS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS E SOCIAIS DA DICIPA PARA A UNIPAMPA	
Franceli Couto Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.06719250318	
CAPÍTULO 19	222
PRÁTICAS APOIADAS EM TECNOLOGIAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (TDIC) NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERSPECTIVA EDUCOMUNICATIVA	
Gláucia Silva Bierwagen	
DOI 10.22533/at.ed.06719250319	
CAPÍTULO 20	238
EDUCOMUNICAÇÃO AMBIENTAL: DOCUMENTÁRIO TELEVISIVO COMO FERRAMENTA DE ENSINO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MACAPÁ	
Laiza Monik de Oliveira Mangas Beatriz de Paula Moura Ribeiro Paulo Vitor Giraldi Pires	
DOI 10.22533/at.ed.06719250320	
CAPÍTULO 21	250
O ENSINO HÍBRIDO (<i>BLENDED LEARNING</i>) COMO METODOLOGIA NA EDUCAÇÃO ATUAL: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Ana Elisa Pillon Leila Regina Techio Maria José Baldessar	
DOI 10.22533/at.ed.06719250321	
CAPÍTULO 22	261
FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC): A TRAJETÓRIA DO NACE ESCOLA DO FUTURO – USP E A EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO INVENTANDO FUTUROS	
Fabiana Grieco Cabral de Mello Vetritti	
DOI 10.22533/at.ed.06719250322	
CAPÍTULO 23	274
USO DE MÍDIAS SOCIAIS NO ENSINO SUPERIOR	
Geovani Laurindo Filho Ana Maria Ribas	
DOI 10.22533/at.ed.06719250323	

CAPÍTULO 24 290

A GRANDE REPORTAGEM COMO FONTE DE (IN)FORMAÇÃO CRÍTICA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA “EDUCOLABORATIVA”

Verusa Pinho de Sá
Antenor Rita Gomes

DOI 10.22533/at.ed.06719250324

CAPÍTULO 25 302

DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: UMA VISÃO COMUNICACIONAL

Elen Cristina Gerales
Valquiria de Lima Rodrigues
Helen Rose Lopes dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.06719250325

SOBRE A ORGANIZADORA..... 315

CRÍTICAS À EPISTEMOLOGIA MODERNA PELO VIÉS DA TEORIA CRÍTICA E DA TEORIA ATOR-REDE

Tarcísio de Sá Cardoso

Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e-mail: tcardoso@ufba.br.

Trabalho originalmente apresentado no GP Teorias da Comunicação, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Como todo tipo de ciência, o campo dos estudos em comunicação se caracteriza pelas práticas e dinâmicas investigativas que o constituem. No cenário atual, fortemente marcado pelas formas de mediação e midiatização típicas do ambiente digital, abordagens teóricas mais clássicas se articulam muitas vezes com abordagens teóricas mais contemporâneas em um terreno muitas vezes conflituoso de disputas pelo protagonismo neste campo tão mutante e ao mesmo tempo tão marcante que é o das ciências da comunicação. Uma vez que nossas abordagens são tão plurais, refletir sobre seus fundamentos epistemológicos deve ajudar a identificar convergências e divergências entre sistemas teóricos, permitindo-nos aproximar teorias de um diálogo sem perder de vista suas formas e contribuições próprias.

O presente trabalho se propõe a resgatar duas propostas teóricas claramente distintas tanto

temporalmente quanto epistemologicamente, trazendo-as para um diálogo específico sobre um objeto comum, no intuito de identificar os vieses de ambas, esclarecendo algumas de suas complementaridades teóricas. As teorias e obras escolhidas para este estudo de caso comparativo são: a Teoria Crítica, tal como proposta por Theodor Adorno e Max Horkheimer na obra *Dialética do esclarecimento* (1985[1944]); e a Teoria Ator-Rede, tal como proposta por Bruno Latour nas obras *Reagregando o social* (2012) e *Jamais fomos modernos* (1994). O recorte proposto aqui diz respeito a um objeto alvo de duras críticas por ambas as teorias: a dualidade própria do projeto iluminista, isto é, o esclarecimento, tomado na sua dimensão epistemológica.

Analisar o que a teoria crítica em Adorno e Horkheimer tem a dizer sobre o conceito de “esclarecimento”, comparando com o que Latour toma por “moderno” deve servir para ilustrar a crítica de ambos ao suposto progresso prometido pela racionalidade iluminista, e para evidenciar a denúncia de ambas as teorias sobre a falência de um projeto supostamente confiável para servir de paradigma do conhecimento científico. Temas como a indústria cultural, os estereótipos, as formas repetidas de diversão, os efeitos de antecipação etc., bem como os

temas relacionados à rede sociotécnica, à noção de actante, ao parlamento das coisas, à mediação técnica etc. não serão o foco da discussão neste trabalho. Tais conceitos apenas serão usados, aqui, quando se relacionarem com o objeto em questão: a ideia de ciência e de racionalidade que a epistemologia moderna promoveu, e o modo como ela foi criticada por Adorno/Horkheimer e por Bruno Latour. A contribuição de tal recorte para os paradigmas teóricos da comunicação está relacionada com uma pretendida maturação das propostas da teoria crítica e teoria ator-rede, tão vastamente utilizadas para se estudar fenômenos midiáticos e culturais.

A TEORIA CLÁSSICA AOS OLHOS DA TEORIA CRÍTICA EM ADORNO E HORKHEIMER

O livro *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985), publicado pela primeira vez em 1944, elabora uma reflexão sobre as consequências do projeto moderno em sentido amplo, especialmente seu empreendimento filosófico (centrado em uma dualidade fundamental), sua ciência (centrada na progressiva especialização e fragmentação), e sua dimensão política de dominação (centrado no sistema econômico do capitalismo). Os autores tomam o conceito de esclarecimento como um equivalente ao iluminismo para expressar, através de dois excursos e dois estudos de caso, um diagnóstico altamente complexo dos rumos tomados pelo empreendimento supostamente emancipador do esclarecimento. Supostamente, pois como perguntam os autores: se o prometido progresso iluminista se efetivou com o avanço técnico das sociedades modernas e industrializadas, por que tal progresso não se traduziu na solução de problemas humanos tão essenciais como a fome, guerra e as desigualdades?

O tom de pessimismo do texto de Adorno e Horkheimer está intimamente relacionado com o horror das experiências históricas vividas no contexto de sua reflexão, a saber: o nazismo, a segunda guerra mundial, e os próprios rumos que havia tomado a União Soviética (que havia deixado de ser fonte de esperança para um projeto socialista pautado pela emancipação do proletariado para se tornar desesperança pela forma ditatorial que ali se consumou). Junte-se a isto a ascensão dos Estados Unidos como grande potência internacional, com seu “*american way of life*”, inteiramente dentro da proposta capitalista, mas agora fortalecido pela intervenção do Estado naquela forma econômica que ficou conhecida como capitalismo administrado, ou capitalismo tardio. O diagnóstico de Adorno e Horkheimer nesse livro pode ser entendido como um deparar-se com uma enorme barreira na própria possibilidade de transformação do sistema econômico que havia sido prevista pela obra de Karl Marx. Interessa-nos aqui identificar como a reflexão adorniana-horkheimeriana sobre o esclarecimento se constitui como interpretação da epistemologia moderna e o que dela está sendo denunciado.

Já no início do livro, Adorno e Horkheimer deixam claro no que consistia, em

tese, o objetivo do esclarecimento: empreender uma tarefa de racionalização, isto é, de desencantamento do mundo, para que o homem, investido no progresso do saber racional, dessacralizado, possa se libertar e conquistar a posição de senhores de si e do mundo.

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. [...] O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 17)

Isto significa que esclarecido é o homem culto, que ao aprender todas as bases da ciência e, principalmente, através do exercício correto da sua própria faculdade da razão, pode, por si mesmo, reconhecer o conhecimento verdadeiro onde quer que ele apareça. Pode, portanto, distingui-lo do conhecimento falso, enganoso, que a todo tempo tenta persuadi-lo a crer naquilo que não é correto crer. O mito, a magia, a fantasia, a metafísica e os dogmas são cheios de falácias que apesar de convencerem muitas pessoas pelo mundo afora, não conseguem resistir ao teste dialético de uma racionalidade bem treinada. Para o pesquisador Francisco Rüdiger (2015), o projeto do esclarecimento (ou iluminismo) se exprime através de uma promessa implícita de libertação, que é característica da modernidade.

[...] os tempos modernos criaram a ideia de que não apenas somos seres livres e distintos como podemos construir uma sociedade capaz de permitir a todos uma vida justa e realização individual. Noutros termos, a modernidade concebeu um projeto coletivo cujo sentido original era libertar o homem das autoridades míticas e das opressões sociais, ao postular sua capacidade de autodeterminação. (RÜDIGER, 2015, p. 133)

Por isso mesmo, a promessa implícita do iluminismo é de fornecer à humanidade uma nova condição, a condição de “senhores”, como dizem Adorno e Horkheimer. Senhores de si são Sujeitos com “S” maiúsculo, são os homens que não obedecem cegamente a dogmas e ordens dos outros, pois podem decidir por si, num gesto autônomo e fazendo uso do seu livre arbítrio, aquilo que desejarem. Essa promessa é a promessa da liberdade, pois seguir sua própria lei, ser autônomo (“*auto*”, de si – “*nomos*”, lei), é inegavelmente mais livre que seguir a de outro. E quem confere este poder de liberdade aos sujeitos é o conhecimento formal, a racionalidade cultivada pela educação e o conhecimento obtido através da ciência, cujo saber deve ser compartilhado. Já aí estava a tese implícita de que saber é poder, pois o sujeito que sabe por meio de uma prática de conhecimento confiável (racional e científica) é livre de dogmas e, portanto, tem o poder socialmente validado de arbitrar sobre si e sobre outros. A sociedade cunhada pelo iluminismo é uma sociedade que valoriza o conhecimento científico, racional, e desvaloriza todo tipo de conhecimento que não tiver esta forma, taxado por isso de supersticioso.

[...] o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece barreira alguma, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo.

É interessante notar que nessa conexão do saber-poder está implícito um projeto de dominação. O objetivo do saber do esclarecimento, neste sentido, é um objetivo duplo, mas que não se manifesta como duplo. Os adeptos do projeto filosófico da modernidade (de origem baconiana ou cartesiana) apressam-se a declarar o objetivo da do conhecimento como livre e desinteressado, ou no máximo que serve ao ideal de libertação dos homens, isto é, de esclarecer que suas amarras são o conhecimento obtido por qualquer meio que não a razão esclarecida e madura. Nisto, Francis Bacon já tinha apontado quem seriam os inimigos da razão, isto é, os ídolos aos quais se prendem todos os homens que ainda não se libertaram, que não distinguem o conhecimento falso do verdadeiro. Mas esse projeto se constitui como um ocultar da sua dimensão de dominação. Adorno e Horkheimer denunciam essa atitude quando evidenciam que o objetivo de saber sobre a natureza tem a intenção de mostrar como ela funciona para poder dominá-la e dominar outros homens (ibid.). Se admitirmos essa tese, a própria ciência não pode se traduzir em uma busca pela verdade desinteressada, e, neste sentido, a crítica de Adorno e Horkheimer é uma crítica estendida à própria ciência, à teoria tradicional e seu mito da neutralidade. Voltaremos a essa questão.

Não podemos deixar de lembrar que a teoria crítica da primeira geração de frankfurtianos é conhecida pelo seu forte tom de denúncia dos problemas estruturais do capitalismo. Como Fredrich Pollock já havia explicado, o próprio capitalismo daquele momento não é mais o mesmo que Marx havia estudado. Houve uma transição do capitalismo concorrencial ou liberal para o monopolista, cuja transição havia trazido uma crise econômica e um aprofundamento de problemas sociais que abalaram as estruturas da sociedade capitalista. Esse abalo exigiu intervenções do Estado, que passa agora a ter um papel de mediador mais claro do que costumava ter no modelo liberal clássico, visando estabilizar as relações de mercado. Neste sentido, o capitalismo tardio (ou de Estado) pode ser entendida como uma forma de capitalismo na qual há a presença marcante de uma intervenção do Estado.

Na leitura de Adorno e Horkheimer, enquanto o capitalismo concorrencial (ou liberal) e o capitalismo monopolista deixavam espaço para a emancipação, para a libertação das classes dominadas, para uma ação social organizada capaz de abolir o próprio capitalismo, no capitalismo administrado, o que acontece é o contrário. Trata-se de um fechamento do sistema sobre si mesmo, isto é, de uma intervenção do Estado para a resolução de questões sociais como meio de neutralização dos fatores perturbadores do sistema, o que “bloqueia estruturalmente qualquer possibilidade de superação virtuosa da injustiça vigente e paralisa, portanto, a ação genuinamente transformadora”. (NOBRE, 2008, p. 47)

Mas como o capitalismo conseguiu dar essa volta por cima? Como ele pôde se converter em um sistema que paralisa a possibilidade de transformação? Para Adorno e Horkheimer, devemos buscar as origens desse fenômeno econômico no próprio

projeto da modernidade, mais especificamente no esclarecimento.

A ideia de que o sistema econômico é controlado por fora, segundo uma racionalidade externa, sugere exatamente que o projeto moderno emancipador da razão pode ser interpretado, aos olhos da teoria crítica, como o projeto de “determinação racional dos fins”. Isto é, no capitalismo administrado, a razão é, na verdade, reduzida (e não ampliada), pois ela passa a responder a uma meta bastante reduzida de calcular os meios para que se possa alcançar fins já estabelecidos.

[...] o grande projeto de emancipação da razão humana esteve sempre colocado na determinação racional dos fins, ou seja, no debate e na efetivação daqueles valores julgados belos, justos e verdadeiros. No capitalismo administrado, a razão se vê reduzida a uma capacidade de adaptação a fins dados de antemão; vê-se reduzida à capacidade de calcular os melhores meios para alcançar fins que lhe são estranhos. (NOBRE, 2008, p. 48)

Uma vez que a razão está reduzida à técnica, uma vez que se converteu em racionalidade como instrumento, o fim do iluminismo (tornar os homens livres, autônomos, senhores de si, de seu destino) se tornou inalcançável. Ao contrário de promover a libertação do homem, a razão se converteu em seu oposto, isto é, em dominação do homem (em suas relações sociais). A proposta de Adorno e Horkheimer na *Dialética do esclarecimento* é justamente elaborar uma análise crítica da razão, do projeto de racionalidade moderno que revela a contradição entre a promessa do iluminismo e sua face real.

[...] Horkheimer e Adorno empreenderam, na *Dialética do esclarecimento*, uma investigação sobre a razão humana em seu amplo espectro. Seu objetivo foi o de buscar compreender por que a racionalidade das relações sociais humanas, ao invés de levar à emancipação, à instauração de uma sociedade de homens livres e iguais, acabou por produzir um sistema social que bloqueou estruturalmente qualquer possibilidade emancipatória, transformando os indivíduos em engrenagens de um mecanismo que não compreendem e não dominam e ao qual se submetem e se adaptam, impotentes. (NOBRE, 2008, p. 50)

Na leitura de Adorno e Horkheimer, o esclarecimento propõe que a própria técnica seja entendida como a aparelhagem econômica e a coisificação da consciência, de modo que a razão tornada instrumental pudesse se colocar sempre a serviço da fabricação de mais instrumentos. A razão é, neste sentido, um instrumento. Não apenas isto, ela é um instrumento especial, pois ela é um instrumento de se criar instrumentos, ou, na linguagem dos autores, um “instrumento universal” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 37).

A racionalidade a serviço da técnica é a racionalidade a serviço do capital, o que revela, por fim o objetivo político velado do capitalismo administrado, no qual todo “desenvolvimento de uma máquina já se converteu em desenvolvimento da maquinaria da dominação” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 41). Ao revelar esse mecanismo circular do projeto iluminista, Adorno e Horkheimer concluem que o progresso da técnica é o regresso do social. É justamente quando ocorre a limitação do pensamento à organização, à administração, que o espírito torna-se o aparelho de

dominação (ibid.).

O que é a racionalidade, neste contexto? Para Adorno e Horkheimer, ela é um instrumento de perpetuação do sistema econômico, pois, ao promover o distanciamento entre o homem e a natureza, ao prender-se às intenções do sistema, acaba por legitimar sempre e a cada vez a dominação daqueles que não possuem a forma do conhecimento científico-racional por aqueles que a possuem. A distinção entre sujeito e objeto, isto é aquele que conhece e aquele que é dado a conhecer, ou seja, entre aquele que doa sentido e aquele que ganha sentido, é a dualidade fundante da razão cognitiva moderna.

As múltiplas afinidades entre os entes são recalcadas pela única relação entre o sujeito doador de sentido e o objeto sem sentido, entre o significado racional e o portador ocasional do significado. No estágio mágico, sonho e imagem não eram tidos como meros sinais da coisa, mas como ligados a esta por semelhança ou pelo nome. [...] Como a ciência, a magia visa fins, mas ela os persegue pela mimese, não pelo distanciamento progressivo em relação ao objeto. [...] Para substituir as práticas localizadas do curandeiro pela técnica industrial foi preciso, primeiro, que os pensamentos se tornassem autônomos em face dos objetos (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 22–23)

Percebe-se que a dualidade dada pelo afastamento entre sujeito e objeto do conhecimento é tipicamente iluminista, e é ela que diferencia o cientista do supersticioso. É ela que dá ao cientista a sua valorizada objetividade. No âmbito do esclarecimento, não apenas a prática do ritual cede à técnica industrial, mas antes disso o curandeiro cede lugar ao cientista, este que é o sujeito do conhecimento pela racionalidade e pela objetividade de seu sistema de conhecimento. O fanatismo e a fé, ao contrário da racionalidade, são “marcas de inverdade” (ibid., p. 29) do saber mítico. Ao invés de se colar no objeto de sua fé, tal como faz um fiel, o cientista que emerge do esclarecimento apresenta o descolamento entre ambos a partir do traço opositivo da linguagem científica, supostamente neutra (ibid., p. 31).

Para Adorno e Horkheimer (1985, p. 45), a práxis revolucionária é uma intransigência da teoria em relação à limitação sugerida pelo esclarecimento, pois, para os autores, a técnica deixada à solta não pode questionar o projeto político oculto de dominação. A teoria crítica é a teoria intransigente com os pressupostos da lógica de dominação e só ela, ao revelar sua lógica, seria capaz de inverter o espírito do progresso impiedoso. Entretanto, a consumação do esclarecimento é a realização de uma “liberdade para dominar” (objetificando a natureza e os homens), na qual a racionalidade da ciência se coloca a serviço de um progresso da técnica, que é veladamente dominador. O esclarecimento, enquanto proposta, é, no fundo, um ideal de superioridade e dominação dos homens “supersticiosos” por homens “livres de mitos”, o que se revela, no fundo, como um projeto de mistificação das massas.

A CONSTITUIÇÃO MODERNA AOS OLHOS DE BRUNO LATOUR

A seguir, passaremos à crítica de Bruno Latour à modernidade, com ênfase na denúncia da atitude de purificação categorial típica do iluminismo. Em *Jamais fomos modernos* (1994), Latour critica os rumos que a cultura ocidental tomou a partir da filosofia cartesiana, especialmente após a sistematização dada pela revolução copernicana kantiana, responsável por propor uma separação entre o homem e as coisas, *res cogitans* e *res extensa*, mente e matéria, sujeito e objeto, sociedade e natureza. O projeto moderno cria uma cisão “purificadora”, como se a esfera das humanidades pudesse ser purificada da esfera da natureza. O projeto latouriano propõe uma prática “reagregadora”, a criar pontes de tradução entre os mundos que a modernidade separou.

A hipótese deste ensaio [...] é que a palavra “moderno” designa dois conjuntos de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas, mas que recentemente deixaram de sê-lo. O primeiro conjunto de práticas cria, por “tradução”, misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O segundo cria, por “purificação”, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos, de um lado, e a dos não humanos, de outro. [...] Enquanto considerarmos separadamente estas duas práticas, seremos realmente modernos, ou seja, estaremos aderindo sinceramente ao projeto da purificação crítica, ainda que este se desenvolva somente através da proliferação de híbridos. (LATOUR, 1994, p. 16)

A proposta da Teoria Ator-rede (TAR), defendida por Latour e seus colegas de pesquisa, consiste basicamente na adoção de um posicionamento “moderno-não-moderno” a partir do qual os híbridos não sejam excluídos da análise dos fenômenos duais, nem as dualidades sejam excluídas a partir de uma consideração dos fenômenos misturados. Fortemente marcado pelos estudos da ciência, Latour sempre insere a discussão epistemológica na discussão política, sendo ele próprio um defensor de um vínculo entre ambas as esferas, isto é, da ideia de “epistemologia política”. Convém lembrar que ao criticar a negligência dos cientistas em relação aos jogos políticos nos quais se envolvem, Latour sugere que esta seria uma adesão velada dos cientistas à “Constituição moderna”, isto é, ao projeto de ciência que tinha o iluminismo.

O tema do racionalismo, tão presente na reflexão da teoria crítica, também é alvo latouriano, especialmente por promover uma cisão entre o conhecimento científico e sua aplicação prática. O exemplo do truque de Arquimedes, mencionado no capítulo quatro de *Jamais fomos modernos* (1994), baseia-se justamente na separação moderna entre o saber teórico puro e o saber prático impuro. Essa divisão lembra o dilema tão denunciado em *Ciência em ação* (2011) entre a prática ocultada própria do fazer da ciência e seu resultado teórico formulado como um saber acabado. Enquanto se constrói, o saber que assume o título de científico elabora uma série de procedimentos técnicos, que ao fim de uma prática investigativa serão ocultados e, especialmente na publicação de um artigo científico, será narrado apenas o saber acabado.

É justamente essa bifurcação moderna entre o fazer e o fato que merece toda

a atenção de Latour. Como já foi sugerido, existem paradoxos escondidos nessa separação criada pela “Constituição moderna”. Latour apresenta três paradoxos do divórcio moderno: o primeiro e mais óbvio se refere ao fato de a natureza não ser uma construção nossa (seria transcendente a nós mesmos), enquanto que a sociedade seria imanente aos homens. O segundo divórcio paradoxal se refere à posição oposta, segundo a qual são os experimentos em laboratório que constroem os fatos científicos (a natureza passa a ser, então, vista como imanente), enquanto que o Leviatã está acima das vontades dos indivíduos (sendo a sociedade, desse modo, transcendente). Percebe-se que a primeira separação é oposta à segunda, mas ambas são propostas como verdadeiras na Constituição moderna, o que torna ambas paradoxais. O terceiro aspecto da referida Constituição entende, de um lado, que apesar de as leis da natureza serem elaboradas em laboratório, elas funcionam como se não tivessem sido construídas, e de outro lado, apesar de as sociedades terem poderes autônomos, elas funcionam como se fossem construídas por nós. Tendo em vista assegurar tais posições segregacionistas, natureza e sociedade devem permanecer distintas uma da outra, reforçando-se o caráter de purificação de cada uma delas (LATOURE, 1994, p. 37).

Latour chama genericamente de “crítica” tal postura teórica tipicamente moderna potencializada que é, ao mesmo tempo, pautada pela purificação e forte em suas articulações retóricas de revelar uma contradição em tudo o que é supostamente verdadeiro. O grande poder da crítica pode ser exemplificado pela dialética, tanto a hegeliana quanto a marxista (LATOURE, 1994, p. 57), e sua dupla argumentação das ilusões de ingenuidade que não mostra, em qualquer ponto da argumentação, o menor sinal de fragilidade.

Se o marxismo pareceu, durante um longo tempo, incontornável, foi porque na verdade cruzava os dois recursos mais poderosos que já foram desenvolvidos pela crítica e os congelava para sempre. Permitia que fosse conservada a parte de verdade das ciências naturais e sociais, ao mesmo tempo em que eliminava cuidadosamente sua parte maldita, sua ideologia. (LATOURE, 1994, p. 41)

Do mesmo modo, a força do iluminismo é pautada no poder da dupla crítica.

Os índios não estavam errados ao dizer que os brancos tinham a língua dividida. Ao separar as relações de força de ordem política das relações de razões de ordem científica [...] os modernos sempre tiveram duas cartas sob as mangas. Tornaram-se invencíveis. (LATOURE, 1994, p. 43)

No entanto, Latour denuncia o que considera a maior falácia ocultada na atitude da dupla crítica: “o mundo moderno jamais existiu” (LATOURE, 1994, p. 44), isto é, não foi possível aos modernos sequer agir de acordo com as regras da sua Constituição. Isto porque quando agiam “com objetividade” negavam a construção da realidade e quanto agiam “sociologicamente” negavam a realidade para além das construções. Essa dupla vantagem retórica é altamente eficaz no projeto político, mas uma clara desvantagem no projeto ecológico. Mais ainda, em termos estritamente epistemológicos, eles “permaneceram incapazes de pensar a si mesmos” (ibid., p. 45),

já que enquanto sua crítica se constrói sobre as categorias normativas da sociedade ideal e da realidade ideal, sua prática é permeada de misturas e hibridizações que não se enquadram nas classes purificadas. O paradoxo é que “quanto menos os modernos se pensam misturados, mais se misturam” (ibid., p. 47).

Neste ponto, convém lembrar que o tom de denúncia (aliás, de dupla denúncia) é próprio da crítica moderna. “Para nós, modernos, desvelar era a tarefa sagrada. Revelar sob as falsas consciências os verdadeiros cálculos ou sob os falsos cálculos os verdadeiros interesses” (LATOOUR, 1994, p. 48). O único modo de escapar dessa atitude duplamente denunciadora seria lembrando que toda denúncia é uma denúncia dos outros, enquanto o denunciador ele próprio se salvaria de toda crítica.

Contudo, é justamente quando se evidencia o gesto esquizofrênico do denunciador que ele se expõe. “Como continuar acusando com sinceridade quando o mecanismo sacrificial torna-se tão evidente?” (ibid., p. 48-49). O denunciador, “irmão das pessoas comuns que ele tencionava denunciar” (ibid., p. 49), é desmascarado. Sempre que faz uma acusação (“você é x!”), nada está sendo explicado, e a acusação é uma falácia que camufla a ausência de argumentos consistentes. Além disso, apontar a ingenuidade do “outro”, desviar o foco para a alteridade, só se torna um gesto reconhecidamente crítico se a comunidade lhe creditar razão, caso contrário, o justiceiro se torna um falastrão. O acusador, sem adeptos, se expõe. E assim, a dupla crítica se revela como uma tentativa vã de ocultar uma incongruência da própria crítica.

Uma vez que o projeto moderno se mostrou problemático, Latour mergulha no que chamou de abordagem “não moderna”. Sobre ela, convém acentuar a distinção entre o não moderno do pós-moderno. Para Latour, ambos observam que o iluminismo não tem como se sustentar, mas enquanto os últimos ainda mantêm em parte o modo de ver iluminista – “continuam a aceitar sua forma de dividir o tempo e não podem, portanto, recortar as épocas senão através de revoluções” (ibid., p. 50) – os não modernos, por sua vez, negam completamente a cisão entre o puro e o híbrido. “É um não moderno todo aquele que levar em conta ao mesmo tempo a Constituição dos modernos e os agrupamentos de híbridos que ela nega” (ibid., p. 51). A teoria latouriana¹, reagregadora como seu pensamento, é do tipo “moderno-não-moderno”.

Usar os pré-modernos para pensar os híbridos, mas conservando, dos modernos, o resultado final do trabalho de purificação, ou seja, a colocação em caixa-preta de uma natureza exterior claramente distinta dos sujeitos. Seguir de forma contínua o gradiente que leva das existências instáveis às essências estabilizadas – e inversamente. Obter o trabalho de purificação, mas como caso particular do trabalho de mediação. Manter todas as vantagens do dualismo dos modernos [...]; conservar todas as vantagens do monismo dos pré-modernos (LATOOUR, 1994, p. 132)

Para ilustrar o trabalho da mediação (isto é, as ações dos híbridos, dos quase-objetos do meio) e o da purificação (isto é, ações dos puros, que estão nas polaridades

1. A rigor, a teoria latouriana é, na verdade, uma quase-teoria, visto que, conforme Freire (2006, p. 54-56), não se trata de uma teoria, ao menos não aos moldes iluministas.

tipicamente modernas, de sujeito/objeto, sociedade/natureza...), vale lembrar que Latour (1994, p. 55) completa a dimensão moderna oficial, representada por uma linha horizontal que separa dois polos (ex: “natureza” e “sociedade”), com o acréscimo de uma dimensão moderna oficiosa, ou dimensão não moderna com uma linha vertical que toca a polaridade anterior e desce até um determinado ponto em que há a mistura, os híbridos, os quase-objetos. Enquanto olharmos para os fenômenos exclusivamente pelo eixo da crítica moderna (linha horizontal a separar o plano da sociedade e o da natureza), não será possível dar conta dos híbridos. Por isso, Latour acrescenta o outro eixo (das traduções, mediações).

Quando se reconsidera os prós e contras do pré, pós e do próprio moderno, pode-se compreender melhor a ideia de não moderno. Nela, o humano passa a ser considerado natural e artificial ao mesmo tempo, torna-se híbrido, deixa de ter um estatuto humanista que alguns herdeiros do iluminismo ainda desejavam guardar. “O humano, como podemos compreender agora, só pode ser captado e preservado se devolvermos a ele esta outra metade de si mesmo, a parte das coisas” (LATOURE, 1994, p. 134).

No âmbito de uma reflexão tipicamente latouriana, seria mais interessante tomar o próprio humano como mais um mediador, entre outros, mais como um ator numa rede, isto é, num ator-rede, pois, para Latour, o caráter interessante do humano não está em um dos polos modernos, mas no meio deles. Ser mais humano não tem qualquer relação com a longitude entre os polos modernos, mas sim com um deslocamento em latitude, um crescimento do caráter existencial (o que faz com que a proposta de Latour guarde uma ligeira afinidade com o existencialismo sartreano, como se quisesse expandi-lo).

Se por um lado o humano não possui uma forma estável, isso não quer dizer que não tenha nenhuma forma. Se, ao invés de o ligarmos a um dos polos da Constituição, nós o aproximarmos do meio, ele mesmo se torna o mediador e o permutador. (LATOURE, 1994, p. 135)

Para Latour, falar no humano como uma forma pura, como tudo aquilo que não é técnico é perder de vista a sua dimensão própria (ibid., p. 136). Para considerar os híbridos há que priorizar a ação mediadora, isto é, o agenciamento de elementos da rede de modo a transformar localmente a própria rede.

Quando redistribuímos a ação entre todos os mediadores perdemos, é verdade, a forma reduzida do homem, mas ganhamos uma outra, que devemos chamar de irreduzida. O humano está no próprio ato de delegação, no passe, no arremesso, na troca contínua das formas. É claro que ele não é uma coisa, mas as coisas também não são coisas. (LATOURE, 1994, p. 136)

A proposta epistemológica da teoria ator-rede de Latour é nunca estudar qualquer fenômeno como um sistema já consolidado, social, real, externo, puro, formal, mas sempre como misturas (mestiçagens, hibridismos) e os modos de consolidação de tal sistema por meio das ações identificáveis no meio de um processo de emergência. O método de Latour deve ser, então, uma empiria exageradamente focada nas dinâmicas

próximas do pesquisador, que assume o olhar de “formiga míope” (LATOURE, 2012). Ao se concentrar na empiria, negligenciando propositalmente as formas *a priori*, Latour se opõe aos modernos e zela pelo mecanismo que cria formas, essências, estabilizações, buscando as identidades em formação e não buscando reconhecer identidades a partir de classificações já postuladas ou purificadas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS FRANKFURTIANOS E LATOUR NAS SUAS CRÍTICAS AO ILUMINISMO

Este trabalho retomou tanto as ideias da teoria crítica de Adorno e Horkheimer sobre o “conceito de esclarecimento” quanto as da teoria ator-rede de Latour sobre a “Constituição moderna”. Notamos que ambas as propostas se constituem como uma forte oposição ao projeto moderno que promove um paradigma epistemológico centrado na dualidade fundamental expressa no par sujeito/sociedade (*res cogitans*) e objeto/natureza (*res extensa*). Vimos que tanto Adorno e Horkheimer quanto Bruno Latour expressam sua crítica como uma denúncia das intenções políticas ocultas da modernidade. No entanto, apesar dessas semelhanças, há algumas diferenças fundamentais, que cabe agora mencionar.

Adorno e Horkheimer discutem a epistemologia moderna tendo como pano de fundo para a denúncia de uma dimensão política, as questões econômicas próprias de uma leitura crítica do sistema capitalista. Por mais que a obra latouriana toque em diversos momentos em temas econômicos e políticos, a crítica latouriana não chega a ser uma crítica ao sistema capitalista em si, de modo que esta é uma diferença evidente entre as epistemologias políticas de ambas as teorizações.

Por outro lado, a teoria crítica utiliza também uma teoria social de base (o marxismo) e uma teoria psicológica de base (a psicanálise). A teoria ator-rede, por sua vez, não utiliza nenhuma teoria social nem psicológica. Ao contrário, ela se propõe a refundar a sociologia, chegando inclusive a propor uma “sociologia das associações” (LATOURE, 2012), que é bastante original. Isso não exclui o fato de Latour ter feito diversas menções a teóricos que trilharam um caminho e deixaram uma tradição que a seus olhos servem de inspiração. Vale lembrar, por exemplo, de nomes bastante lembrados por Latour, como: Gabriel Tarde (sociologia), Garfinkel (etnometodologia), Heráclito (filosofia).

Outra distinção fundamental entre a teoria frankfurtiana e a latouriana se refere à própria adoção de uma postura crítica. Para Adorno e Horkheimer, a denúncia da racionalidade do esclarecimento é a denúncia da teoria tradicional, o que os leva a adotar a teoria crítica como alternativa, isto é, uma teoria que assume a tarefa verdadeiramente emancipadora. Neste sentido, a teoria tradicional que propõe uma emancipação é, na verdade, uma teoria da dominação. Em seu lugar deve vir uma teoria mais capaz do ideal emancipador. Para Latour, contudo, esta atitude de denunciar uma

intenção velada de dominação na teoria alheia é um exemplo de “falácia da denúncia dos outros”, na qual o próprio denunciador se salva de toda crítica. Latour acredita ter escapado dessa falácia simplesmente incluindo uma postura teórica “não moderna” (que a seus olhos é equivalente a uma postura “não crítica”), de modo a completar a atitude moderna em um quadro maior do tipo “moderno-não-moderno”.

Ao fim desta análise, podemos notar que as críticas ao projeto moderno pelos dois prismas teóricos elencados neste trabalho se traduzem em críticas complementares, pois são distintas, mas com diversos pontos em comum. Em certo sentido, o projeto moderno traduzido filosoficamente por René Descartes e amadurecido no iluminismo por Immanuel Kant, tinha no dualismo sua maior força, mas também sua maior fraqueza. Esclarecer essa força e fraqueza por meio de um estudo de caso comparativo tentou trazer para a discussão teórica um tratamento dos alcances de epistemologias distintas, que possuem, como vimos, convergências e divergências entre si.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro : 34, 1994.

_____. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador : Edufba, 2012.

_____. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo : Unesp, 2011.

NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica**. Campinas: Papirus, 2008.

RÜDIGER, Francisco. A Escola de Frankfurt. In: **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 131–150.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-206-7

